

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948//2024 SESAU/PMA
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 9/2024.013 - SESAU/PMA

Pregão Eletrônico SRP nº 9/2024-013 SESAU/PMA		Data de Abertura: 04/07/2024 às 10h no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br	
Objeto			
<p>“Contratação emergencial de empresa para o fornecimento de gases medicinais (Oxigênio), concentradores de oxigênio, BIPAD, CPAP e ventilador mecânico portátil em regime de comodato, com instalação em manutenção (preventiva e corretiva), com os kits necessários para sua administração pelo período de 12 (DOZE) meses, objetivando cumprir às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua”.</p>			
Modo de disputa			
Aberto			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Jurídico	Forma de Adjudicação
Sim – Decreto Municipal nº 1.835/2024	Não	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	Por lote

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige amostra?	Lei nº 14.133/2021?
Não	Não	Não	Sim
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura, para o endereço www.portaldecompraspublicas.com.br		Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura, para o endereço www.portaldecompraspublicas.com.br	

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N 9/2024.013 SESAU/ PMA

Torna-se público que a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA, CNPJ N 11.941.767/0001-31/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ N 11.948.192/0001-89**, ambos com sede neste Município de Ananindeua, Estado do Pará, localizada na Av. SN 21, Cidade Nova VI, n 18, Bairro: Coqueiro, Ananindeua-Pará, CEP: 67.143-810, através dos agentes de contratao designados pela portaria n 01 de 02 de maio de 2024, da **SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO** realizar licitao, para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da [Lei n 14.133, de 1 de abril de 2021](#), do Decreto Federal n 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n 123/2006, Decreto Municipal n 1.835 de 20 de março de 2024 e demais legislao aplicável e, ainda, de acordo com as condies estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 04 DE JULHO DE 2024

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitao  a **“Contratao emergencial de empresa para o fornecimento de gases medicinais (Oxigênio), concentradores de oxigênio, BIPAD, CPAP e ventilador mecânico portátil em regime de comodato, com instalao em manuteno (preventiva e corretiva), com os kits necessários para sua administrao pelo período de 12 (DOZE) meses, objetivando cumprir às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua”**, conforme condies, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitao será realizada em grupos formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participao em quantos grupos forem de seu interesse, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que os compõem, adotando critério de julgamento de **“MENOR PREÇO POR LOTE”**.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificaes dos itens descritos no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e as especificaes constantes no Termo de Referência deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.  de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente,  correção ou  alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei n 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre servios ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre servios ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econmica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores  divulgao do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por explorao de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condioes análogas às de escravo ou por contratao de adolescentes nos casos vedados pela legislao trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizaoes da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condio;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitao ou da execuo do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situaoes que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislao que disciplina a matéria, conforme [§ 1 do art. 9 da Lei n 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituio a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sano a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilizao fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administrao e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratao, de execuo da licitao ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econmico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitao ou a contratao de serviço que inclua como encargo do contratado a elaborao do projeto básico e do projeto executivo, nas contrataoes integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execuo.

3.11. Em licitaoes e contrataoes realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por gncia oficial de cooperao estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei n 14.133/2021](#).

3.12. A vedao de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a conduo da contratao na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

3.13. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá a fase de apresentação de propostas e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Os licitantes deverão encaminhar os documentos de habilitação juntamente com a proposta inicial, conforme data e horário estabelecidos no item anterior, contudo, a verificação dos documentos de habilitação permanecerá após a fase de lances.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

4.3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.8. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade discriminada conforme consta no Termo de Referência;

5.1.5. Descrio detalhada do objeto, contendo as informaes similares  especificao do Termo de Referência indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrio do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.1.6. Demais informaes exigidas no termo de referência anexo a este edital.

5.2. Todas as especificaes do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratao.

5.2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execuo do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alterao, sob alegao de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotao adequada será a que corresponde  média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislao vigente.

5.6. A apresentao das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposies nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como em quantidades e qualidades exigidas  perfeita execuo contratual, promovendo, quando requerido, sua substituio.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

5.6.1. O prazo de validade da proposta não será **inferior a 60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema**.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO".

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração de sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente
- 6.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigao, nos termos da [Lei n 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratao, o pregoeiro poderá negociar condioes mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

6.21.1. A negociao poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificao inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociao, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administrao.

6.21.2. A negociao será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociao será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociao realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários  confirmao daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5.  facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitao fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociao do preço, o Pregoeiro iniciar a fase de aceitao e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociao, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condioes de participao no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei n 14.133/2021](#), legislao correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto  existência de sano que impeça a participao no certame ou a futura contratao, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenaes Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedao de que trata o [artigo 12 da Lei n 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situao do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN n 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN n 3/2018, art. 29, 1](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestao previamente a uma eventual desclassificao. ([IN n 3/2018, art. 29, 2](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sano, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condio de participao.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificar se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condies de participao e de utilizao do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto  adequao ao objeto e  compatibilidade do preço em relao ao máximo estipulado para contratao neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. n obedecer às especificaes técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratao;

7.6.4. n tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administrao;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITA O
PROCESSO ADMINISTRATIVO N  1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N  9/2024 – 013 SESAU/PMA

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral,   indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administra o.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, s  será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execuibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Forma o de Preços elaborada pela Administra o, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceita o da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassifica o da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majora o do preço e que se comprove que este   o bastante para arcar com todos os custos da contrata o;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de corre o a indica o de recolhimento de impostos e contribui es na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especifica es do objeto, poderá ser colhida a manifesta o escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresenta o de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceita o da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realiza o do procedimento para a avalia o das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avalia es serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta, a apresentao dos documentos de habilitao.

8.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitao, serão exigidos para fins de habilitao, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei n 14.133, de 2021](#).

8.3. Quando permitida a participao de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitao serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em traduo livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitao serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto n 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitao poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declarao de que atende aos requisitos de habilitao, e o declarante responderá pela veracidade das informaçoes prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei n 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitao, a declarao de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificao, declarao de que suas propostas econmicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituio Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenoes coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. As declaraoes exigidas neste edital **NÃO poderão** ser supridas mediante manifestao expressa do licitante no chat do sistema.

8.10. A verificao pelo pregoeiro, em sítios eletrnicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidoes constitui meio legal de prova, para fins de habilitao.

8.11. Ressalvado os documentos de habilitao que constem no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentao relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitao:

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8.11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.11.1.1. No caso de empresário individual: inscrio no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condio de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitao ficará condicionada  verificao da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.11.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.11.1.4. Inscrio no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbao no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrio do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicao dos seus administradores;

8.11.1.6. Decreto de autorizao, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorizao para funcionamento expedido pelo rgo competente, quando a atividade assim o exigir;

8.11.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundao e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n 5.764, de 1971;

8.11.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alteraes ou da consolidao respectiva;

8.11.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.11.2.1. Prova de inscrio no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentao de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e  Dvida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos  Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Servio (FGTS);

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8.11.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentao de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidao das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n 5.452, de 1 de maio de 1943;

8.11.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, relativa  atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.11.2.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condio mediante declarao da Fazenda Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.11.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentao exigida para efeito de comprovao de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrio, sob pena de inabilitao.

8.11.3. QUALIFICAÇÃO ECONMICO-FINANCEIRA.

8.11.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade nela expresse;

8.11.3.2. Balanço Patrimonial, demonstrao das mutaoes do patrimnio líquido, demonstraoes contábeis, demonstrao do resultado abrangente, demonstrao do fluxo de caixa e notas explicativas assinado por contador e representante legal da empresa devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário dos 2 (dois) ltimos exercícios sociais, registrado na Junta Comercial, vedada a sua substituio por balancetes ou balanços provisórios;

8.11.3.3. No caso de fornecimento de bem para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentao de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3 do Decreto n 8.538, de 2015);

8.11.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitao deverão atender a todas as exigências da habilitao e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

8.11.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.11.3.6.  admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.11.3.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispo o artigo 112 da Lei n 5.764, de 1971, ou de uma declarao, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8.11.3.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.11.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.

8.11.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.11.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.11.6.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão da proponente para desempenho de atividades em características, quantidades e prazos semelhantes às descritas no Termo de Referência.

8.11.6.1.1. A exigência do(s) atestado(s) será restrita às parcelas de valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, § 1º da Lei Federal 14.133/2021.

8.11.6.1.2. O(s) atestado(s) deverão possuir quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 67, § 2º da Lei Federal 14.133/2021.

8.11.6.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) se apresentar em nome da Licitante, com indicação de seu CNPJ, e fazer constar, impreterivelmente, a identificação do contratante, as

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

especificaes dos produtos fornecidos, as quantidades efetivamente entregues de cada produto e os prazos para fornecimento, consignando que foram plenamente cumpridos.

8.11.6.1.4. S serão admitidos Atestados de Capacidade Técnica que comprovem fornecimentos já executados, a fim de que seja demonstrada a experiência da Licitante.

8.11.6.1.5. Entende-se por características compatíveis com o objeto desta licitação o fornecimento de itens incontestavelmente similares aos pretendidos no(s) grupo(s) e/ou item(s);

8.12. Licença Sanitária da empresa licitante, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local competente (Vigilância Sanitária -VISA), autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação de Produtos, objeto deste certame.

8.13. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

8.14. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

8.15. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.16. Em se tratando de licitante beneficiado na Lei Complementar não 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

8.17. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito  contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, 4o):

8.19. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes  época da abertura do certame; e

8.20. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24. Demais documentações exigidas no termo de referência anexo a este edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a licitante vencedora deverá dispor de “CERTIFICAÇÃO DIGITAL E-CNPJ” (CERTIFICADO DIGITAL DA PESSOA JURÍDICA).

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposio de recurso referente ao julgamento das propostas,  habilitao ou inabilitao de licitantes,  anulao ou revogao da licitao, observar o disposto no [art. 165 da Lei n 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal  de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimao ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitao ou inabilitao do licitante:

11.3.1. a inteno de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestao da inteno de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentao das razões recursais será iniciado na data de intimao ou de lavratura da ata de habilitao ou inabilitao;

11.3.4. na hipótese de adoo da inversão de fases prevista no [ 1o do art. 17 da Lei n 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentao das razões recursais será iniciado na data de intimao da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido  autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentao de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimao pessoal ou da divulgao da interposio do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis  defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsiderao terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sano de declarao de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infraoes dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infraoes administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposio de penalidade mais grave que a sano de impedimento de licitar e contratar, cuja durao observar o prazo previsto no art. 156, 5, da Lei n. 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administrao, descrita no item 12.1.3, caracterizar o descumprimento total da obrigao assumida e o sujeitará às penalidades e  imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitao, nos termos do art. 45, 4 da IN SEGES/ME n. 73, de 2022.

12.10. A apurao de responsabilidade relacionadas às sanoes de impedimento de licitar e contratar e de declarao de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instaurao de processo de responsabilizao a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliar fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimao, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicao das sanoes de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimao, o qual será dirigido  autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivao  autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentao de pedido de reconsiderao da aplicao da sano de declarao de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimao, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsiderao terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicao das sanoes previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigao de reparao integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa  parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicao da Lei não 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: www.portaldecompraspublicas.com.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

14.9. Em caso de divergência entre disposices deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, nantegra, no Portal Nacional de Contrataces Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de preços
- 14.11.4. ANEXO IV – Orçamento Estimado

15. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Ananindeua-PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Ananindeua-PA, 19 de junho de 2024.

Tatyane Chaves Amaral Valério
Secretária Municipal de Licitação de Ananindeua
Matrícula n 36050-3/3

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a Contratação emergencial de empresa para o fornecimento de gases medicinais (Oxigênio), concentradores de oxigênio, BIPAP, CPAP e ventilador mecânico portátil em regime de comodato, com instalação em manutenção (preventiva e corretiva), com os kits necessários para sua administração pelo período de 12 (DOZE) meses, objetivando cumprir às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua.

LOTE 1				
Item	Descrição	Unidade	Quant. Mensal	Quant. Anual
1	Ventilador para suporte ventilatório não invasivo (BIPAP)	Unidade	20	240
2	Aparelho de ventilação não invasiva (CPAP)	Unidade	20	240
3	Aparelho nebulizador para aerossol	Unidade	40	480
4	Aparelho aspirador de secreção	Unidade	40	480
5	Concentrador estacionário de oxigênio	Unidade	40	480
6	Cateter nasal adulto	Unidade	40	480
7	Cateter nasal infantil	Unidade	40	480
8	Borracha de silicone de 5m	Unidade	40	480
9	Filtro de barreira	Unidade	40	480
10	Cilindro de 10m ³	Unidade	40	480
11	Cilindro de 3,0 a 4,0m ³	Unidade	40	480
12	Cilindro de aço portátil capacidade 1,0m ³ (transporte)	Unidade	40	480
13	Carrinho de transporte de cilindro de 1,0m ³	Unidade	40	480
14	Suporte para cilindro de 10m ³	Unidade	40	480
15	Umidificador	Unidade	40	480
16	Válvula reguladora para cilindro + fluxômetro 15L/m	Kit	120	1440
17	Máscara + reservatório + extensão (nebulização – adulto)	Kit	40	480
18	Máscara + reservatório + extensão (nebulização – infantil)	Kit	40	480
19	Recarga de oxigênio para cilindro de 10m ³	Unidade	800	9600
20	Recarga de oxigênio para cilindro de 4m ³	Unidade	120	1440
21	Recarga de oxigênio para cilindro de 1m ³	Unidade	120	1440

- 1.2. Justifica-se o atendimento deste processo licitatório na modalidade PREGÃO em sua forma eletrônica, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo “MENOR PREÇO POR LOTE, para atender o disposto na Lei nº 14.133/2021, e art. 19 da lei Municipal nº 3.294/2023, Decreto Federal 11.462/2023 e demais normas vigentes.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITA O
PROCESSO ADMINISTRATIVO N  1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N  9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 1.3. A quantidade do objeto deste contrato   referente ao período de contrata o de 12 (doze) meses.

2. DA FUNDAMENTA O DA CONTRATA O

- 2.1. Este registro de preço torna-se essencial, do ponto de vista desta administra o, para a efetividade das a o es de preven o, promo o e recupera o da saúde no âmbito da Aten o Domiciliar, bem como dar cumprimento às ordens judiciais destinadas a suprir a demanda para o Serviço De Oxigenoterapia Domiciliar (SOD), e suprir a Secretaria de Saúde do Município de Ananindeua de Gases Medicinais (Oxigênio), Concentradores De Oxigênio, BiPAP, CPAP e Ventilador Mecânico Portátil E Kits Necessários Para Sua Administra o, de acordo com as necessidades individualizadas de cada paciente cadastrado no Serviço De Aten o Domiciliar (SAD), sendo necessária a contrata o.
- 2.2. O agrupamento dos itens deve-se por objetivar evitar prejuízo para o conjunto da contrata o (dependência técnica que exige que os itens sejam fornecidos conjuntamente, conforme sua disponibilidade no mercado), evitando-se com isso, também a perda da economia de escala bem como o eficaz gerenciamento das contrata o es que são necessárias ao regular funcionamento do serviço.
- 2.3. A oxigenoterapia consiste em um tratamento em que a pressão parcial do oxigênio no sangue arterial   aumentada por meio de uma maior concentra o de oxigênio no ar aspirado. A oxigenoterapia   uma terapêutica eficaz para os doentes com insuficiência respiratória. O seu objetivo   manter os níveis de oxigena o adequados a fim de evitar a HIPÓXIA (baixa da concentra o de oxigênio no sangue). Esse tratamento demonstrou, em vários estudos efetuados, diminuir a hipertensão arterial, aumentar a tolerância de esforço e reduzir o número de hospitaliza o es, melhorando nessa forma a qualidade de vida dos doentes respiratórios.
- 2.4. A ventila o mecânica em domicilio consiste em um suporte oferecido, por meio de um aparelho, ao paciente que não consegue respirar espontaneamente por vias normais devido a fatores como doenças, anestesia e anomalias cong nitas. Sendo um recurso incorporado ao arsenal terapêutico que tem como objetivo promover a reabilita o dos usuários atendidos com capacidade funcional respiratória comprometida, que necessitam de ventila o artificial como suporte a vida. A ventila o mecânica substitui total ou parcialmente a ventila o espontânea e está indicada na insuficiência respiratória aguda ou cr nica agudizada, propicia melhora nas trocas gasosas e diminui o do trabalho respiratório, podendo ser utilizada de forma não invasiva através de uma interface externa, geralmente via máscara facial ou nasal, ou com prongs nasais, e de forma invasiva, através de um tubo endotraqueal de traqueostomia.
- 2.5. O serviço de oxigenoterapia domiciliar (SOD)   essencial para o acompanhamento dos pacientes portadores de diversas enfermidades respiratórias tais como: doença pulmonar obstrutiva cr nica (DPOC: enfisema pulmonar – bronquite cr nica), fibrose pulmonar, doenças cong nitas que provocam hipoxemia, deformidades tor xicas

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

graves, bronquiectasias, fibrose cística, sequelas de tuberculose e doenças de circulao pulmonar, por estarem propensos a produo de secreo e nebulizadores, para melhor qualidade de vida destes.

- 2.6. Considerando o OBJETIVO deste termo, será possível reduzir o tempo de interno hospitalar dos pacientes que estão recebendo este tratamento, evitar a reinternao, diminuir o risco de infeco hospitalar, otimizar a gestão de leitos e reduzir o custo da assistência para todo o sistema de saúde.
- 2.7. Logo, resta justificada a necessidade da aquisio pautada na continuidade do atendimento aos pacientes cadastrados no SAD sem prejuízo ao acompanhamento pelo Melhor em Casa, com manuteno do Serviço de Oxigenoterapia Domiciliar (SOD), por se tratar de um Serviço Essencial.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O requisito básico para a contratao da empresa que prestar os serviços,  que ela seja qualificada, licenciada e/ou autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os itens que integram este termo.
- 3.2.  requisito de contratao que todos os gases transportados pela contratada deverão estar adequadamente classificados, marcados e rotulados, conforme declarao emitida pela própria contratada, constante na documentao de transporte (a classificao, a marcao e a simbólica de risco de manuseio são definidas na resoluo n420 de 12/02/2024 da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT).
- 3.3. O transporte dos equipamentos e dos gases deverá ser realizado pela contratada em caminhões especiais, seguindo o estabelecimento do decreto lei n96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e na resoluo n420 da ANTT.
- 3.4. O abastecimento dos gases medicinais deverá seguir rigorosamente os prazos estabelecidos semanalmente, exceto em casos emergenciais quando os suprimentos deverão ser realizados em no máximo 04 (quatro) horas a partir da sua solicitao, e deverá ser realizado na residência ou domicílio do paciente.
- 3.5. Todas as entregas deverão ser acompanhadas PELO CUIDADOR CAPACITADO OU PACIENTE, com envio pela contratada de atesto via e-mail  coordenao de média e alta complexidade – DMAC/SESAU, no prazo de vinte e quatro horas para o endereço dmac.sesau.pma@gmail.com.
- 3.6. A solicitao do suprimento/recargas e manuteno dos equipamentos devem ser solicitadas pelo PACIENTE OU CUIDADOR CAPACITADIO  contratada através de um número telefnico, fornecido aos usuários no ato da aplicao do serviço pela contratada.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 3.7. O pessoal operacional deverá ser qualificado para os serviços de transporte, cargas, descargas e abastecimento, devendo os mesmos estarem devidamente uniformizados e identificados por crachá.
- 3.8. Todos os equipamentos e ferramentas necessário  instalao dos equipamentos deverão ser fornecidos pela contratada e a instalao deverá ser realizada pela mesma por meio de profissionais qualificados. Exclui-se a instalao de redes e obras correspondentes no domicílio, que são de responsabilidade da FAMILIA e quando prejuízos por imprudências ou imperícia por parte da contratada não danificares as instalao existentes.
- 3.9. Junto  entrega e instalao dos equipamentos, a contratada deverá entregar  contratante toda a documentao técnica, especialmente relacionada  segurança, às regras de guarda/exibio desses documentos para os usuários dos produtos.
- 3.10. A DMAC/SESAU será responsável pela solicitao de substituio ou recolhimento do material aplicado, via e-mail  contratada, deve ser atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 3.11. A contratada deverá se responsabilizar por todas as peças, componentes, materiais e acessórios a serem substituídos nos equipamentos em comodato sem ônus adicionais a contratante, devendo os mesmos serem, obrigatoriamente, novos e de primeira linha, conforme os padrões ABNT e normas especiais complementares, reservando-se ao contratante o direito de rejeitar o material ou peças que denote uso.
- 3.12.  de responsabilidade da contratada a manuteno preventiva e corretiva, inclusive com reposio de peças ocasionais, dos equipamentos geradores e transportadores de gases medicinais que serão fornecidos em regime de comodato, inclusive com fornecimento e troca imediatos das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrio ou limitao de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais  contratante, salvo situao de mau uso.
- 3.13. A contratada deverá realizar a manuteno técnica preventiva dos equipamentos de sua propriedade, bateria de equipamentos/materiais complementares a esses sistemas, sem interferir nas atividades de funcionamento do serviço, conforme as exigências da legislao específica vigente.
- 3.14. A contratada deverá efetuar a aferio e calibrao de equipamentos como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manmetros e reguladores.
- 3.15. Em casos de impossibilidade de reparo dos equipamentos locados a contratada deve efetuar imediatamente a troca do equipamento por outro similar sem nenhum ônus adicional  contratante inclusive quanto às perdas de gases decorrentes da respectiva falha, salvo se a complicao de má conservao e/ou utilizao do equipamento por parte da contratante.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 3.16. A contratada deverá designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto (s) quem tenha (m) poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 3.17. Não será permitida, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da contratada a outros, salvo sob autorização expressa da contratante.
- 3.18. Os itens supracitados deverão ser entregues no endereço que constar na autorização de entrega e entregues nos endereços expedidos pelo departamento responsável da diretoria de média e alta complexidade (DMAC/SESAU), ao licitante vencedor após a assinatura do contrato, todos os endereços são concentrados no município de Ananindeua/Pará.
- 3.19. A aplicação do serviço se dará conforme a necessidade do número de pacientes que solicitarem o serviço de oxigenoterapia domiciliar (SOD), após a emissão de autorização de entrega expedido pelo órgão responsável (SAD/DMAC/SESAU), no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após o envio da solicitação da aplicação.
- 3.20. O acompanhamento/controle das aplicações do serviço será feito mensalmente, por servidor do órgão solicitante designado para tal, que em visitas domiciliares em cronograma mensal, atestará através dos atestos enviados via e-mail e termo de recebimento provisório no domicílio, e comparados às notas fiscais, que deverão ser enviadas mensalmente dos serviços a diretoria de média e alta complexidade no nível central, quanto ao recebimento dos itens solicitados, sendo que os produtos que estiverem em divergência com a autorização de entrega serão devolvidos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da assinatura do termo de recebimento definitivo, e após a verificação de sua emissão de termo de recebimento definitivo assinado pelas partes.
- 3.21. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses.

4. DAS PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Conforme a Lei 14.133 no Art. 18. § 1º. XII – “descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável”;

Os critérios de sustentabilidade exigidos neste termo de referência estão de acordo com o art. 5º da lei 14.133/21 e art. 42, inciso III da lei 14.133/21, art. 225 da constituição da república federativa do brasil d 1988 e subsidiariamente Lei nº 9.985/2000.

A comprovação dos requisitos ambientais poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no art. 5º da Lei 14.133/21.

Em atendimento às normas constantes na instituição normativa nº 01/2021/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo o processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do instituto nacional de meteorologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação ao similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. Os licitantes serão selecionados tendo como base o critério de menor preço por lote e serão exigidos, no ato da habilitação do proponente, os seguintes documentos:
 - 5.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto da licitação, conforme a Lei 14.133/21.
 - 5.1.1.1. A comprovação de aptidão será feita por meio de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante tenha realizado a contento, serviço com característica similar, equivalente ou superior ao exigido.
 - 5.1.2. Certificado de registro da licitante e dos profissionais no conselho regional competente, sendo aceitável registro no conselho regional de química (CRQ) ou no conselho regional de Farmácia (CRF) ou outro, desde que comprove ser pertinente à contratação.
 - 5.1.3. Certidão de responsabilidade técnica no conselho regional competente, sendo aceitável (CRQ) ou no conselho regional de farmácia (CRF) ou outro, de profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido, apto a desenvolver as atividades relacionadas ao objeto desta licitação, para atuar como responsável técnico.
 - 5.1.4. A comprovação de vínculo do profissional indicado como responsável técnico (conforme item anterior) se fará com apresentação de cópia de carteira de trabalho (CNTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho devidamente registrado na entidade competente, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, declaração de declaração/assinatura de anuência do profissional;
 - 5.1.5. Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante.
 - 5.1.6. Registro dos equipamentos e descartáveis perante a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 5.1.7. Autorização de funcionamento – AFE para gases medicinais expedidos pela ANVISA relativa à fabricação/envase de gases medicinais e ou publicação no DOU. No caso de distribuidor poderá ser apresentada Autorização de Funcionamento – AFE relativa à fabricação do produto;
- 5.1.8. Para o caso de empresa distribuidora dos gases, apresentar comprovação de vínculo jurídico com a empresa fabricante de gases medicinais, através de apresentação de cópia do contrato firmado entre a distribuidora e a fabricante com firma reconhecida, assim apresentação de declaração da fabricante autorizando a distribuidora a comercializar seus gases e a dispor e utilizar seus documentos.
- 5.1.9. Licença sanitária para atuar com gases e equipamentos médicos correlatos;
- 5.1.10. Declaração de que possui central telefônica para atendimentos de suporte ao paciente em horário comercial e não comercial, sem custo para o usuário;
- 5.2. A não apresentação de qualquer um dos documentos mencionados, implicará na inabilitação do proponente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATATE

- 6.1. Quanto as OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, deverão ser observados as condições discriminadas abaixo:
 - 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de Referência;
 - 6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações;
 - 6.1.3. Permitir acesso dos empregados da contratada em suas dependências para a execução do contrato;
 - 6.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada.
 - 6.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 6.1.6. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto;
 - 6.1.7. Proceder à verificação das validades dos produtos fornecidos pela contratada;
 - 6.1.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 6.1.10. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeies, falhas ou irregularidades na execuo dos serviços, para que sejam adotadas as medias corretivas necessárias;
- 6.1.11. Efetuar o pagamento  Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato;
- 6.1.12. A Administrao não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados  execuo do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS OBRIGAOES DA CONTRATADA

- 7.1. Em relao as **OBRIGAOES DA CONTRATADA**, deverão ser observadas as condies discriminadas abaixo:
 - 7.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigaes constantes neste termo e em sua proposta, assumindo exclusivamente os seus riscos e as suas despesas decorrentes da boa e perfeita execuo do objeto e, ainda:
 - 7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condies, conforme especificaes, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicaes referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n 8.078, de 1990);
 - 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 7.1.5. Comunicar  Contratante, assim que receber a solicitao pela Contratante, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovao;
 - 7.1.6. Manter, durante toda a execuo do contrato, em compatibilidade com as obrigaes assumidas, todas as condies de habilitao e qualificao exigidas;
 - 7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execuo do contrato.
 - 7.1.8. Aceitar os acréscimos e suspensões do valor inicialmente estimados para aquisio dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
 - 7.1.9. Responder, em relao aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execuo do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizaes, vales-refeies, vales-transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo poder público;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 7.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da contratante para a execuo do contrato;
- 7.1.11. Responder pelos danos causados diretamente  administrao ou bens da contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execuo do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalizao ou o acompanhamento pela contratante.
- 7.1.12. As solicitaoes de fornecimento  contratada serão feitas por escrito, por nota de empenho, sendo que os itens constantes neste, serão entregues de forma parcelada, obedecendo um cronograma estabelecido pela coordenao de almoxarifado central da secretaria municipal de saúde.
- 7.1.13. A empresa deverá, em um prazo de até 03 (três) dias, a partir do recebimento da nota de empenho, efetuar o fornecimento do objeto deste termo na sede do almoxarifado da secretaria municipal de saúde de Ananindeua, localizado no conjunto Guajará, estrada do Guajará, rua SN 2, lotes 19 a 30, bairro Guajará, CEP 67.149-810 – Ananindeua/PA, em conformidade com os quantitativos estabelecidos na nota de empenho;
- 7.1.14. o fornecimento do objeto deverá obedecer ao disposto no art 31 da lei n8078/1990, uma vez que a apresentao do produto deverá assegurar informaçoes claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, numero do lote, qualidade, quantidade, composio, preço, garantia, prazo de validade, bem como, riscos que apresentem  saúde e  segurança dos usuários;
- 7.1.15. o fornecimento do objeto entregue deverá vir acompanhado de nota fiscal (04 vias) e nota de empenho;

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecuo total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisao ou suspensão do contrato, o cronograma de execuo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicaoes entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O rgo ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoo de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentao do plano de fiscalizao, que conter informaçoes acerca das obrigaoes contratuais, dos mecanismos de fiscalizao, das estrategias para execuo do objeto, do plano complementar de execuo da contratada, quando houver, do método de aferio dos resultados e das sanoes aplicaveis, dentre outros.

- 8.6. A execuo do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.7. O fiscal do contrato acompanhar a execuo do contrato, para que sejam cumpridas todas as condioes estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administrao. (Decreto Federal n 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 8.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas  execuo do contrato, com a descrio do que for necessário para a regularizao das faltas ou dos defeitos observados. (Lei no 14.133, de 2021, art. 117, 1o, e Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 8.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificaoes para a correo da execuo do contrato, determinando prazo para a correo. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 8.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situao que demandar decisão ou adoo de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execuo do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, V)
- 8.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas  tempestiva renovao ou  prorrogao contratual (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 8.13. O gestor do contrato acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas  execuo do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso,  autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 8.14. O fiscal administrativo do contrato verificar a manuteno das condioes de habilitao da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalizao de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Federal no 11.246, de 2022).

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- 8.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 8.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 21, IV)
- 8.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 8.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 8.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 8.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 22, VII).
- 8.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Federal no 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, art.155, a Contratada que:
- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, art.156:
- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - Impedimento de licitar e contratar;
 - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza E a gravidade da infração cometida;
 - II - As peculiaridades do caso concreto;
 - III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública Municipal;
 - V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. As sanções previstas no item anterior poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 9.5. Também ficam sujeitas às penalidades as empresas ou profissionais que:
- 9.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 9.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 9.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

- se o procedimento previsto na Lei Federal nº14.133, de 2021 e Lei Municipal nº3.294, de 2023.
- 9.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 9.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 9.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.
 - 9.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 9.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
 - 9.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
 - 9.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
 - 9.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Havendo divergência na descrição dos itens entre o Termo de Referência e o edital prevalece o que está no Termo de Referência.
- 10.2. Os licitantes deverão apresentar os catálogos técnicos, folders e informativos com todas as características técnicas (em língua Portuguesa ou traduzido), de todos os produtos ofertados afim de verificação da similaridade e qualidade do objeto ofertado. Caso este catálogo seja montado em programas de computador pela licitante, este deverá conter, além dos dados técnicos do objeto, slogan, CNPJ e Dados da licitante.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

11. DO CRTERIO DE PAGAMENTO

- 11.1. **A Contratada deverá emitir a nota fiscal correspondente dos produtos solicitados, o qual será paga em até 30 (trinta) dias após a entrega e conferência dos produtos.**
- 11.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante a entrega dos produtos, nos locais destinados.
- 11.3. O pagamento será condicionado  verificao da manuteno das condioes de habilitao.
- 11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue ao (a) CONTRATANTE, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos itens/serviços e o valor correspondente a impostos, seguros, fretes, transporte, tributos, taxas, contribuioes fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o valor proposto para a prestao do serviço.
- 11.5. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA em até o 30 (trinta) dias da entrega dos produtos, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- 11.6. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidao da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida ao CONTRATADO pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.
- 11.7. O prazo para pagamento iniciar-se- após a regularizao da situao ou reapresentao do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o (a) CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da prestao do serviço pela CONTRATADA.
- 11.8. O (A) CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se o fornecimento estiver em desacordo com as especificaoes constantes na ordem de compra.

12. DO PRAZO E CONDIOES DE ENTREGA

- 12.1. A entrega do objeto desta licitao será de acordo com o cronograma que será estabelecido pela SESAU, destacando os horários e locais.
- 12.2. O prazo de entrega do objeto deverá ser realizado em até 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, conforme cronograma expedido SESAU.
- 12.3. Constatado qualquer irregularidade, quanto  qualidade e quantidade no ato da entrega, as mercadorias serão recusadas, devendo as mesmas ser repostas no prazo de 36 horas e de acordo com critérios estabelecidos neste instrumento, edital e demais anexos.
- 12.4. Todo o produto deteriorado ou com características físico-químicas e sensoriais anormais, ainda que, com data de validade vigente, deverá ser trocado pelo fornecedor, no prazo de três dias úteis, sem adio de qualquer ônus para a Administrao Pública Municipal.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

13. DO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A contratante designará Servidor para fiscalizar integralmente a execuo do presente contrato, em observância a regra plasmada no artigo 117 da Lei 14.133/2021. Este ficará responsável pelas informaes técnicas necessárias para fiel cumprimento do objeto desta contratao/aquisio e fiscalizao.

14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A extino contratual poderá ocorrer por ato unilateral da Administrao, e de acordo com os casos previstos nos incisos I ao IX do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os interesses das partes, obedecidas as regras do Direito Público e Privado vigentes.
- 15.2. As questões decorrentes da execuo deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Ananindeua, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no artigo 102, inciso I, alínea "d" da Constituio Federal.

Ananindeua, 19 de abril de 2024

Giulia Nobre Ferreira
Secretaria Municipal de Licitao – SML/PMA
Matrícula: 462497

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N XXXX/2024-SESAU QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA/F.M.S E DE OUTRO A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ANANINDEUA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Av. Magalhães Barata, n. 1515, Centro, Ananindeua, Pará, inscrita no CNPJ sob o n. 05.058.441/0001-68, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA CNPJ: 11.941.767/0001-31 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.948.192/0001-89**, com sede neste Município de Ananindeua, Estado do Pará, localizada na Av. SN 21, Cidade Nova VI, n 18, Bairro: Cidade Nova, Ananindeua-Pará, CEP: 67.143-810, neste ato, representada pela Secretária Municipal da Saúde, **Dra. Dayane da Silva Lima**, brasileira, solteira, funcionária pública, portadora da Carteira de Identidade n 4461709- PC/PA, inscrita no CPF sob o n785.213.002-04, residente e domiciliada na Rua dos mundurucus 1932, condomínio Villa Dei Fiori, apartamento 801- Bairro Batista Campos, na Cidade de Belém-PA, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXX, neste ato, representada por **(REPRESENTANTE LEGAL)**, doravante denominada por **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, por meio de **LICITAÇÃO N XXXX - SESAU**, tendo em vista o que consta no **processo administrativo n 6.657/2024 – SESAU** e em observância às disposies da **LEI N 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021**, e suas alteraes posteriores, e de acordo com as cláusulas e condies seguintes, que reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CONTRATO: O presente contrato decorre de Procedimento Licitatório n. XXXX - SESAU, sob a égide da **Lei n 14.133/2021**, e suas alteraes posteriores as quais amparam o presente contrato para todos os efeitos legais, independentemente de transcrio.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto contratao Emergencial de empresa para Fornecimento de **GASES MEDICINAIS (OXIGÊNIO), CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO, BIPAP, CPAP E VENTILADOR MECÂNICO PORTÁTIL**, em regime de Comodato, com instalao e manuteno (preventiva e corretiva), com os Kits necessários para sua administrao, objetivando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, pelo período de 12 (doze) meses para atender demanda, via administrativa e judicial, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as descries, especificaes e quantitativos contidos no Termo de Referência em anexo.

Parágrafo Primeiro: Este contrato firmado entre a **CONTRATADA** e a administrao deverá ser assinado de forma digital, por meio de Certificado de Pessoa Jurídica da **CONTRATANTE**, para prestao de contas junto ao TCM no mural eletrônico, disposto e regulamentado na **Resoluo n 43/2017/TCM/PA, de 19 de dezembro de 2017**, publicada em diário oficial do estado em 19 de dezembro de 2017.

Parágrafo segundo - das especificaes e quantitativos: Os itens de especificaes e quantitativos constam no Termo de Referência.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O valor global do contrato é de R\$ XXXXXX (XXXXXXXX) estando incluídos no preço todos os custos **DIRETOS E INDIRETOS** dos materiais e constituirá (ão), a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: Obedecidas as formalidades legais o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal/fatura e recibo definitivo pela CONTRATADA e atesto do setor competente, e em conformidade com a legislação vigente;

Parágrafo Segundo: O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preços apresentada pela CONTRATADA;

Parágrafo Terceiro: No caso de constatação de erros ou irregularidades na nota, o prazo de pagamento será reiniciado após apresentação de nova nota fiscal devidamente corrigida;

Parágrafo Quarto: O pagamento do fornecimento será efetuado observado à regularidade fiscal da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços,

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo único: O crédito para a despesa correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional Programática	Elemento de despesa	Fonte	Valor
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro: A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

I - Efetuar o fornecimento do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade do produto;

II – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termode Referência, o objeto com avarias ou defeitos

IV- Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

V – Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei nº 14.133/2021;

VII – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

VIII – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021

IX – Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

X – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE para a execução do contrato;

XI – Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE

XII – As solicitações de fornecimento à contratada serão feitas por escrito, por Nota de Empenho (NE), sendo que os itens constantes neste, serão entregues de forma parcelada, obedecendo um cronograma estabelecido pela Coordenação do Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de saúde;

XIII – A Empresa deverá, em um prazo de até 03 (três) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho (NE), efetuar o fornecimento do objeto da presente licitação na sede do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, localizado no **Conjunto Guajará, Estrada do Guajará, Rua SN 21, lotes 19 a 30, Bairro Guajará, CEP: 67.149-810 – Ananindeua/PA**, em conformidade com os quantitativos estabelecidos na Nota de Empenho;

XIV – O prazo de validade mínimo do medicamento deverá ser de 12 (doze) meses ou, o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade do objeto fornecido, contando da data de entrega no local supramencionado, sendo que a SESAU se reserva ao direito de não receber nenhum fornecimento do objeto fora destes parâmetros;

XV – O fornecimento do objeto deverá obedecer às instruções dispostas no art. 31 da Lei nº 8.078 de 11/09/90, uma vez que a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, bem como os riscos que apresentem à saúde e à segurança dos usuários;

XVI – O fornecimento do objeto entregue deverá vir acompanhado de Nota Fiscal (04 VIAS) e Nota de Empenho;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

Parágrafo Segundo:  CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

I - Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

II - Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento do objeto deste certame, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: São expressamente vedadas  CONTRATADA:

I – A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE para a execução do contrato decorrente do Termo de Referência;

II - A veiculação de publicidade acerca deste certame, salvo se houver prévia autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua – SESAU;

III - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento  CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Parágrafo Primeiro: Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como no instrumento contratual;

Parágrafo Segundo: Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações;

Parágrafo Terceiro: Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA em suas dependências para a execução do contrato;

Parágrafo Quarto: Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

Parágrafo Quinto: Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Parágrafo Sexto: Solicitar a troca dos produtos que não atenderem  especificações do objeto;

Parágrafo Sétimo: Proceder  verificação das validades dos produtos fornecidos pela CONTRATADA;

Parágrafo Oitavo: Comunicar  CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

Parágrafo Nono: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, atravsde comissão/servidor especialmente designado (Fiscais de contrato);

Parágrafo Décimo: Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na execuo dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Parágrafo Décimo Primeiro: Efetuar o pagamento  CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimentodo objeto, no prazo e forma estabelecida neste Termo de Referência e seus anexos, bem como o estipulado no contrato, desde que apresentada a Nota Fiscal/Fatura respectiva devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e pelo recebedor;

Parágrafo Décimo Segundo: A Administrao não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados  execuo do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

Parágrafo Primeiro: Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante a vigência contratual, todas as condies demonstradas para habilitao na licitao efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigaes assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigaes assumidas.

Parágrafo Segundo: Previamente  emissão de Nota de Empenho,  contratao e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participao em licitao, no âmbito do órgão ou entidade, proibio de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE deverá ser informada sempre que houver alterao do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da autoridade máxima do órgão contratante, nos casos enumerados no art. 137, da Lei Federal n [LEI N 14.133, DE 1 DE ABRIL DE 2021](#)

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de dispensa de licitao, desde que haja conveniência para a Administrao.

III - judicial, nos termos da legislao.

Parágrafo nico: No caso de atraso de entrega ou inexecuo do contrato superior a noventa dias, poderá a Administrao rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitao.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

Parágrafo primeiro: Na ocorrência das situações previstas no capítulo I da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), aplica-se à CONTRATADA as penalidades correspondentes ficando, desde logo, fixada a respectiva multa, em até 10% (dez por cento) do valor contratado.

Parágrafo segundo: A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a empresa CONTRATADA às sanções previstas, podendo a Administração Pública, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções.

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar e de contratar com a SESAU/PMA, por período de 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade;

Parágrafo Primeiro: Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo: A aplicação da penalidade ocorrerá após a defesa previa do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro: Das penalidades de que tratam as incisos I, II e III do caput do art. 156, cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis).

Parágrafo Quarto: A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do Órgão Licitante, mediante justificativa, não recomece a aplicação de outra penalidade.

Parágrafo Quinto: A penalidade de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#)

Parágrafo Sexto: A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Sétimo: O valor total das multas aplicação na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor total.

Parágrafo Oitavo: As sanções são independentes, a aplicação de uma não exclui a das outras.

Parágrafo Nono: O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa contratada a critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da **CONTRATANTE**. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

Parágrafo Decimo: As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

Parágrafo Decimo-primeiro: A multa será descontada dos pagamentos, eventualmente devidos pela Administração, com base no artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Decimo-segundo: O termo inicial para a incidência de qualquer das penalidades estipuladas será data fixada para o adimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta.

Parágrafo Decimo-terceiro: As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de dez dias e aceito pela contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

Parágrafo Primeiro: É expressamente vedada à CONTRATADA a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto do Termo de Referência.

Parágrafo Segundo: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS: A execução do presente contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A CONTRATANTE designará Servidor para fiscalizar integralmente a execução do presente contrato, em observância a regra plasmada no artigo 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca do Município de Ananindeua, Estado do Pará, para dirimir dúvidas oriundas do entendimento deste Contrato, ou, para exigir a sua execução, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustados e contratados, assinam o presente documento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Ananindeua/PA, xx de xxxxxx de 2024.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA
DAYANE DA SILVA LIMA
CONTRATANTE

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

XXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF/MF n

2- _____
CPF/MF n

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

Processo nº **1.948/2024 - SESAU/PMA**
Pregão Eletrônico SRP nº **9/2024.013 - SESAU/PMA**

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde (SESAU.PMA)

Local de entrega: Conforme especificado no Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico SRP n.º **9/2024.013 - SESAU/PMA**.

No dia XX de XXX de 2024, o Município de Ananindeua, por meio da Prefeitura Municipal de Ananindeua, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA CNPJ: 11.941.767/0001-31/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 11.948.192/0001-89**, ambos com sede neste Município de Ananindeua, Estado do Pará, localizada na Av. SN 21, Cidade Nova VI, nº 18, Bairro: Coqueiro, Ananindeua-Pará, CEP: 67.143-810, neste ato representados pela Secretária Municipal da Saúde, **Dra. Dayane da Silva Lima**, doravante denominada **CONTRATANTE**, nos termos do Decreto nº 1.835 de 20 de março de 2024, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico SRP nº 9/2024.013 SESAU/PMA**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **“Contratação emergencial de empresa para o fornecimento de gases medicinais (Oxigênio), concentradores de oxigênio, BIPAD, CPAP e ventilador mecânico portátil em regime de comodato, com instalação em manutenção (preventiva e corretiva), com os kits necessários para sua administração pelo período de 12 (DOZE) meses, objetivando cumprir às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua”**, especificados nos itens discriminados no Termo de Referência, anexo *no edital de licitação nº 9/2023.013*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

Item	Descrição do Item	Quantidade			Valor Unitário R\$
		Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes	Total Registrado e Limite de adesão por Entidade Não Participante	Limite decorrente de adesões	

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

4.2.1. O rgo ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo  execuo de seus prrios contratos ou  sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorizao do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisio ou a contratao solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo  efetivao da contratao, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitao do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O rgo ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisies ou contrataes adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem  ata de registro de preços.

4.8. Para aquisio emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administrao Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão  ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão  ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administrao Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada  execuo descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei não 14.133, de 2021.

Vedao a acréscimo de quantitativos

4.10.  vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços (ARP), conforme está disposto no art. 22 do Decreto não 1.835 de 20 de março de 2024.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente  data de divulgao no Diário Oficial do Município de Ananindeua, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme preceitua o art. 21 do Decreto n 1.835 de 20 de março de 2024.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observar no momento da contratao e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalizao do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicao da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratao com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorizao de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologao da licitao, deverão ser observadas as seguintes condioes para formalizao da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será includido na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificao da licitao; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contrataoes, a ordem de classificao dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITA O
PROCESSO ADMINISTRATIVO N  1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N  9/2024 – 013 SESAU/PMA

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a forma o de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classifica o, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilita o dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contrata o dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condi es estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indica o dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologa o da licita o, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contrata o direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condi es estabelecidos no edital de licita o, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das san es previstas na Lei n  14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convoca o poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicita o do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administra o.

5.10. A ata de registro de preços será assinada digitalmente, nos termos da legisla o em vigor, conforme preceitua o art.9 , parágrafo 2  do Decreto n  1.835 de 20 de março de 2024.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condi es estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado   Administra o convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classifica o, para fazê-lo em igual prazo e nas condi es propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contrata o nos termos do item anterior, a Administra o, observados o valor estimado e sua eventual atualiza o nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negocia o os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redu o, observada a ordem de classifica o, com vistas   obten o de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.14. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.14.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.14.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.14.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.14.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.14.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão ou entidade gerenciador(a) convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciador(a) procederá ao cancelamento do preço registrado na ata de registro de preços (ARP), nos termos descritos no art. 29 do Decreto nº 1.835 de 20 de março de 2024, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador(a) comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços (ARP), para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciador(a) a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciador(a) e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 27 do Decreto nº 1.835 de 20 de março de 2024, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão ou entidade gerenciador(a) convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciador(a) procederá ao cancelamento da ata de registro de preços (ARP), e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa à Administração Pública Municipal.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços (ARP) poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.1.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.1.3. De rgo ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.1.4. De rgo ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.1.5. O rgo ou entidade gerenciador(a) que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.1.6. Na hipótese de remanejamento de rgo ou entidade participante para rgo ou entidade no participante, serão observados os limites previstos no art. 35 do Decreto n 1.835 de 20 de março de 2024.

7.1.7. Competir ao rgo ou  entidade gerenciador(a) autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.1.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.1.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.1.5, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N 9/2024 – 013 SESAU/PMA

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27,  2, do Decreto n 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sano prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicao de sano prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei n 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora mediante decisão fundamentada, decidir pela manuteno do registro de preços, vedadas contrataes derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sano.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciador(a), garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciador(a) poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificao.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciador(a), em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociaes, nos termos do disposto no art. 25 do Decreto n 1.835 de 20 de março de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicao das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanes têm se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2.  da competência do gerenciador a aplicao das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7, inc. XIV, do Decreto n 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contrataes dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicao da penalidade (art. 8, inc. IX, do Decreto n 11.462, de 2023).

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ANANINDEUA-PA, XX de XXX de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA/
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA
CNPJ: 11.948.192/0001-89
CONTRATANTE

CONTRATADO
C.N.P.J. nº

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____
CPF Nº

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

ANEXO IV
ORÇAMENTO ESTIMADO

Nº	ITEM	UNIDA DE	QTD SOLICITADA (ANO)	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	VENTILADOR PARA SUPORTE VENTILATÓRIO NÃO INVASIVO (BIPAP)	UNIDA DE	240	4.207,12	R\$ 1.009.708,80
2	APARELHO DE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA (CPAP)	UNIDA DE	240	2.324,42	R\$ 557.860,80
3	APARELHO NEBULIZADOR PARA AEROSSOL	UNIDA DE	480	145,61	R\$ 69.892,80
4	APARELHO ASPIRADOR DE SECREÇÃO	UNIDA DE	480	139,46	R\$ 66.940,80
5	CONCENTRADOR ESTACIONÁRIO DE OXIGÊNIO	UNIDA DE	480	813,25	R\$ 390.360,00
6	CATETER NASAL ADULTO	UNIDA DE	480	0,75	R\$ 360,00
7	CATETER NASAL INFANTIL	UNIDA DE	480	1,08	R\$ 518,40
8	BORRACHA DE SILICONE DE 5M	UNIDA DE	480	28,62	R\$ 13.737,60
9	FILTRO DE BARREIRA	UNIDA DE	480	4,49	R\$ 2.155,20
10	CILINDRO DE 10M ³	UNIDA DE	480	107,07	R\$ 51.393,60
11	CILINDRO DE 3,0 A 4,0M ³	UNIDA DE	480	90,14	R\$ 43.267,20
12	CILINDRO DE AÇO PORTÁTIL CAPACIDADE 1,0M ³ (TRANSPORTE)	UNIDA DE	480	57,78	R\$ 27.734,40
13	CARRINHO DE TRANSPORTE DE CILINDRO DE 1,0M ³	UNIDA DE	480	261,80	R\$ 125.664,00
14	SUPORTE PARA CILINDRO DE 10M ³	UNIDA DE	480	216,86	R\$ 104.092,80
15	UMIDIFICADOR	UNIDA DE	480	21,02	R\$ 10.089,60
16	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDRO + FLUXÔMETRO 15L/M	UNIDA DE	1440	222,94	R\$ 321.033,60

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ANANINDEUA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.948/2024 SESAU/PMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2024 – 013 SESAU/PMA

17	MÁSCARA + RESERVATÓRIO + EXTENSÃO (NEBULIZAÇÃO - ADULTO)	UNIDADE	480	19,54	R\$ 9.379,20
18	MÁSCARA + RESERVATÓRIO + EXTENSÃO (NEBULIZAÇÃO - INFANTIL)	UNIDADE	480	6,57	R\$ 3.153,60
19	RECARGA DE OXIGÊNIO PARA CILINDRO DE 10M ³	UNIDADE	9600	37,17	R\$ 356.832,00
20	RECARGA DE OXIGÊNIO PARA CILINDRO DE 4M ³	UNIDADE	1440	108,18	R\$ 155.779,20
21	RECARGA DE OXIGÊNIO PARA CILINDRO DE 1M ³	UNIDADE	1440	105,00	R\$ 151.200,00
VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 3.471.153,60					
(TRÊS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESENTA CENTAVOS)					